

MATERNAGEM E MAGISTÉRIO: A CONSTRUÇÃO DA PROFESSORA-MÃE NO DISCURSO SOBRE A DOCÊNCIA NO BRASIL

MATERNIDAD Y ENSEÑANZA: LA CONSTRUCCIÓN DE LA PROFESORA-MADRE EN EL
DISCURSO SOBRE LA ENSEÑANZA EN BRASIL

MOTHERING AND TEACHING: THE CONSTRUCTION OF THE TEACHER-MOTHER IN THE
DISCOURSE ON TEACHING IN BRAZIL

Bruna Maria de Sousa Santos*

Thainá da Costa Lima**

Amanda Braga***

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO: A rede de enunciados sobre a aptidão das mulheres para o cuidado e para o ensino consolidou, historicamente, um discurso segundo o qual elas teriam uma inclinação “natural” para a formação de crianças e de jovens. Tal discurso, associado ao fenômeno da urbanização, atuou no processo de “feminização do magistério” no Brasil, sobretudo a partir do século XIX, quando a entrada da mulher (branca, burguesa e escolarizada) no mercado de trabalho se tornou um imperativo. A docência surge, nesse contexto, como um modo de justificar a inserção das mulheres no âmbito profissional, sem que fosse necessário afastá-las de seu suposto destino primordial: maternar e educar. Nesse sentido, o objetivo do artigo é analisar o funcionamento discursivo responsável pela constituição do sujeito professora-mãe nos discursos sobre a docência no Brasil. Para tanto, mobilizaremos uma rede de enunciados produzidos ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, em cujas materialidades é possível observar o modo como as relações

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB, Mestra em Linguagem e Ensino pela UFCG, Especialista em Língua Portuguesa e Literatura no Contexto Educacional pela Unicesumar e Graduada em Letras pela UEPB. Pesquisadora do Observatório do Discurso (UFPB). E-mail: brunasantoscg@gmail.com.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB, além de Mestra em Linguística e Graduada em Letras Língua Portuguesa pela mesma instituição. Pesquisadora do Observatório do Discurso (UFPB). E-mail: thaini.dacosta@gmail.com.

*** Professora Adjunta da UFPB. Doutora pela mesma instituição e pós-Doutora pela UFSCar. Coordenadora do Observatório do Discurso (UFPB) e vice-coordenadora do Grupo Interinstitucional de Estudos de Discursos e Resistências (UFU/ UFPB/ UFSCar/ UFS). E-mail: braga.ufpb@hotmail.com.

de saber e de poder constituíram, inicialmente, o lugar da **mulher-mãe**, chegando, então, à **professora-mãe**: uma educadora nata, maternal e amorosa. Como aporte teórico-metodológico, o estudo se inscreve no campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Maternidade. Docência.

RESUMEN: La red de enunciados sobre la aptitud de las mujeres para el cuidado y la enseñanza ha consolidado históricamente un discurso según el cual tendrían una inclinación "natural" para la crianza de niños y jóvenes. Este discurso, asociado al fenómeno de la urbanización, ha influido en el proceso de "feminización del magisterio" en Brasil, especialmente a partir del siglo XIX, cuando la entrada de las mujeres (blancas, burguesas y educadas) en el mercado laboral se convirtió en un imperativo. La docencia surge en este contexto como una forma de justificar la inserción de las mujeres en el ámbito profesional sin necesidad de alejarlas de su supuesto destino primordial: la maternidad y la educación. En este sentido, el objetivo del artículo es analizar el funcionamiento discursivo responsable de la constitución del sujeto profesora-madre en los discursos sobre la docencia en Brasil. Para ello, movilizaremos una red de enunciados producidos a lo largo de los siglos XIX, XX y XXI, cuyas materialidades permiten observar cómo las relaciones de saber y poder constituyeron inicialmente el lugar de la mujer-madre, llegando luego a la profesora-madre: una educadora natural, maternal y amorosa. Como aporte teórico-metodológico, el estudio se inscribe en el campo de los Estudios Discursivos Foucaultianos.

PALABRAS CLAVE: Discurso. Maternidad. Enseñanza.

ABSTRACT: The network of statements about women's aptitude for caregiving and teaching has historically consolidated a discourse according to which they would have a "natural" inclination for the upbringing of children and youth. This discourse, associated with the phenomenon of urbanization, played a role in the process of the "feminization of teaching" in Brazil, especially from the 19th century onwards, when the entry of women (white, bourgeois, and educated) into the workforce became imperative. Teaching emerges in this context as a way to justify women's entry into the professional sphere without needing to distance them from their supposed primary destiny: mothering and educating. In this sense, the aim of the article is to analyze the discursive functioning responsible for the constitution of the teacher-mother subject in discourses about teaching in Brazil. To do so, we will mobilize a network of statements produced throughout the 19th, 20th, and 21st centuries, in whose materialities it is possible to observe how relations of knowledge and power initially constituted the place of the mother-woman, then arriving at the teacher-mother: a natural, maternal, and loving educator. As a theoretical-methodological contribution, the study is inscribed within the field of Foucauldian Discourse Studies.

KEYWORDS: Speech. Maternity. Teaching.

1 INTRODUÇÃO

Da boa constituição das mães depende inicialmente a dos filhos: do seio das mulheres depende a primeira educação dos homens... A educação primeira é a que mais importa, e essa primeira educação cabe incontestavelmente às mulheres: se o Autor da natureza tivesse querido que pertencesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentarem as crianças (Rousseau, 1992, p. 433).

Não é preciso muito esforço para evidenciar a atribuição histórica de que tem sido alvo o corpo das mulheres para desempenhar as funções de cuidar e de educar. Na educação formal e institucionalizada, esse ideário passou a ser reproduzido no Brasil a partir de meados do século XIX, consolidando-se tão profundamente que nos parece incontestável o fato de que são as mulheres, e não os homens, aquelas que possuem as aptidões indispensáveis ao ensino das primeiras letras.

De acordo com o Censo Escolar 2021, dos 595 mil docentes que atuaram na educação infantil naquele ano, 96,3% são mulheres. As professoras também são maioria no ensino fundamental, compondo 88,1% do total de docentes nos anos iniciais e 66,5% nos anos finais. No ensino médio, ainda que em menor escala, as mulheres também saem à frente, totalizando 57,7% do professorado atuante. Esses números são bastante expressivos, encaminhando-nos a refletir sobre o processo de feminização do magistério, que não se limita simplesmente a uma proporção numérica, relacionando-se muito mais ao que, discursivamente, tem se construído em torno daquilo que se entende por docência no ensino básico e, mais precisamente, no ensino infantil (Brasil, 2021).

Sob esse aspecto, a docência passa a figurar como atividade supostamente feminina não pelo simples fato de que a maioria da profissão é composta por mulheres, mas pelo funcionamento discursivo que naturaliza, como sendo práticas “femininas”, a educação e o cuidado, ainda que homens possam também desempenhá-las. Pensando nessa atuação do discurso, indagamos: quais são as condições de possibilidade que contribuem para o processo de feminização do magistério no Brasil? E quais discursos produzem o lugar das mulheres como sujeito maternal e educador “nato”?

Procurando responder a essas questões, este artigo propõe analisar, à luz dos Estudos Discursivos Foucaultianos, o funcionamento discursivo responsável pela constituição do sujeito professora-mãe nos discursos sobre a docência no Brasil. Para tanto, mobilizaremos uma rede de enunciados produzidos ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, em cujas materialidades é possível observar o modo como as relações de saber e de poder constituíram, inicialmente, o lugar da **mulher-mãe**, chegando, então, à **professora-mãe**: uma educadora nata, maternal e amorosa.

2 O DISCURSO, AS RELAÇÕES DE SABER-PODER E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

No cerne dos Estudos Discursivos Foucaultianos, reside o compromisso de desnaturalizar a relação palavra-coisa e de dar a ver a espessura histórica de que são constituídos os saberes produzidos em uma dada conjuntura. Para tanto, é central a consideração do funcionamento dos discursos e de sua regulação por meio do poder, ou seja, a consideração de que o discurso obedece a uma ordem que é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que impedem seu acontecimento aleatório e que permitem entrever o exercício de um poder regulador (Foucault, 2014). Esta relação entre saberes e poderes caracteriza a proposta foucaultiana de uma arqueogenealogia dos discursos¹ e serve de fundamento teórico-metodológico a este trabalho.

Naquilo que concerne ao discurso, consideramo-lo como uma rede de enunciados que emergem a partir de condições determinadas. Tais enunciados são produzidos a partir de uma dada posição-sujeito, têm uma materialidade repetível e funcionam em cadeia no interior de um arquivo (Foucault, 2010a). Este arquivo, compreendido como um sistema geral que rege a emergência, os deslocamentos e o desaparecimento das coisas ditas no decorrer do tempo histórico, tem a função de determinar: i) a possibilidade de emergência dos enunciados; ii) os tipos de relação que estabelecem entre si; iii) sua reativação em momentos distintos; e iv) sua apropriação por determinados grupos (Foucault, 2010b). Assim, partindo do pressuposto de que, uma vez dito, o enunciado se abre a um futuro eventual e permanece disponível à repetição e à transformação, pode-se dizer que empreender uma análise arqueológica dos discursos significa descrever o arquivo a partir dos enunciados que ele comporta e dos jogos de memória que nele se processam. Nesse sentido, cabe ao analista questionar às coisas ditas sobre o campo de elementos antecedentes a partir dos quais se situam, mas também as relações a partir das quais se deslocam e se atualizam, haja vista que “Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão” (Foucault, 2010a, p. 112). Tais séries e sucessões, entretanto, não se reduzem a um simples amontoado de dizeres ou mesmo a uma justaposição, mas denunciam o próprio funcionamento do arquivo, fazendo “[...] aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente” (Foucault, 2010a, p. 147). Não por acaso, é a partir dessa perspectiva que propomos retomar a espessura histórica do sujeito mulher-mãe e só então, na sequência, demonstrar o modo como ele se desloca e se atualiza na emergência da professora-mãe.

Mas a análise proposta por Foucault requer ainda a consideração dos poderes que regulam os discursos e que, juntamente aos saberes instituídos, produzem os sujeitos, docilizando seus corpos e governando suas vidas. Referimo-nos, aqui, tanto ao poder disciplinar quanto ao biopoder. O poder disciplinar opera no nível da individualização dos corpos, trabalhando em seu treinamento, em sua vigilância e, eventualmente, em sua punição (Foucault, 2013). Trata-se de uma modalidade de poder que se concretiza em mecanismos centrados essencialmente no corpo individual, agenciando sua utilidade no intuito de aumentar sua capacidade produtiva no interior do sistema. O biopoder, por seu turno, é uma tecnologia que se concentra no homem-espécie: ele faz nascer a população como elemento político e biológico, ocupando-se da regulação dos processos naturais comuns à multiplicidade dos homens: processos próprios da vida, como o nascimento, a morte, a doença etc. (Foucault, 1999). Trata-se de uma modalidade que

¹ Uma discussão mais verticalizada acerca da arqueogenealogia como método de análise dos discursos pode ser encontrada em Navarro (2020).

se integra às técnicas disciplinares e estabelece, a partir desta vinculação, uma nova relação com a disseminação do poder em forma molecular (microfísica) (Lima; Braga, 2020).

Dentre as características inerentes a tais modalidades do poder, está o fato de que ambas se amparam em uma sistemática de saberes, que operam de modo a legitimar técnicas de adestramento dos corpos e de regulação da vida em diferentes instâncias. Isto porque “[...] não há uma relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” (Machado, 2022, p. 28). Os saberes, desse modo, são políticos porque encontram-se implicados ao funcionamento do poder. É dessa relação que decorrem os processos de subjetivação que esquadrinham as formas de ser e de estar em sociedade. O sujeito, assim, é compreendido como produto, ou melhor, como efeito do funcionamento do saber e do poder.

Dessa perspectiva, que nos deixa entrever os modos de sujeição e o controle das condutas, pretendemos investigar os mecanismos de poder que, intrincados a determinados saberes, exercem o controle da mulher de que aqui tratamos em diferentes níveis. Trata-se de um controle, conforme o pretendemos demonstrar, que constrói um tipo específico de sujeito, na medida em que intervém em seus gestos, em suas escolhas e em seus comportamentos, conduzindo-o à naturalização da maternidade e do magistério como elementos inerentes àquilo que seria um “destino biológico”. Com vistas a essa discussão, iniciaremos pelas análises de enunciados produzido no século XIX, que evidenciam a cristalização da figura da **mulher-mãe**. Em seguida, considerando o discurso sobre a docência no Brasil, demonstraremos o modo como a mulher-mãe oferece condições de emergência à **professora-mãe**².

3 A MULHER-MÃE EM DISCURSOS DO SÉCULO XIX NO BRASIL

Os discursos que lançam mão de saberes biologizantes para conduzir as práticas de um sujeito mulher-mãe guardam uma longa duração histórica. São discursos que atuaram na tentativa de naturalizar as posições sociais e políticas que deveriam ser ocupadas (ou não) por esses corpos. Materializados em gêneros discursivos diversos e disseminados em distintos campos do saber, tais discursos fabricaram e disseminaram modos de subjetivação que implicaram a mulher no cuidado da família, no amor materno e matrimonial, na sensibilidade exacerbada e no espaço privado da casa (Hunt, 1990). Com o interesse de analisar seu funcionamento no Brasil a partir do século XIX, começemos por analisar alguns enunciados publicados no jornal *A mãe de família*, bastante representativo daquele cenário.

O jornal *A mãe de família* circulou no Rio de Janeiro entre 1879 e 1888 e tinha a finalidade de educar as mulheres para que elas fossem boas mãe de família. O fundador e principal redator do periódico foi Carlos Antônio de Paula Costa, médico higienista que, depois de algumas visitas ao continente europeu, entendeu ser preciso reeducar as “senhoras Brasileiras” para que respeitassem seus deveres, supostamente naturais e sagrados. No subtítulo do jornal – “Educação da infância, higiene da família”, indica-se o intuito de difundir saberes sobre a infância e sobre a família. Na segunda página do primeiro número, afirma seu fundador:

As mulheres em nosso paiz não cumprem tanto quanto deviam os sagrados deveres de mães... Umas por vaidade, outras por pobreza e finalmente muitas por desculpada ignorancia não cumprem a sua missão sublime, a unica que lhes foi confiada, a da Maternidade!

Desculpai essa severidade, mas é o nosso dever fallar assim. Não queremos entretanto com isso dizer que em os corações das senhoras Brasileiras não se agite esse sentimento indizível chamado: amôr materno, não, é que lhes faltam conhecimentos especiaes que antes de tudo lhes deveriam ensinar. (Costa, 1879a, p. 2).

² Ao longo do texto, será possível perceber certa alternância entre as expressões “mulher”, no singular, e “mulheres”, no plural. Esta alternância ocorre para que se evite tanto um efeito de “universalização das diversidades”, no caso do uso no singular, quanto um efeito de circunscrição, com o plural, dos diversos e distintos atravessamentos que aí incidem, como raça, classe, escolaridade, localidade etc. O intuito, aqui, é fazer um movimento reflexivo que permanece atento tanto aos processos de subjetivação que incidem sobre as “mulheres”, pensadas de modo geral, quanto – e principalmente – àqueles que incidem apenas sobre o grupo específico de que tratamos. Nesse ínterim, vale dizer, desde já, que o grupo de mulheres ao qual se refere à discussão, justamente porque é o grupo de que tratamos os recortes discursivos analisados, é aquele que contempla a mulher branca, burguesa, heterocisnormativa e cuja escolarização permite sua passagem do espaço da casa ao espaço da escola.

A frase que abre a citação – “As mulheres em nosso paiz não cumprem tanto quanto deviam os sagrados deveres de mães” – já indica a circulação, no século XIX, de um discurso segundo o qual “as mulheres” não estariam obedecendo adequadamente às condutas que lhe haviam sido designadas. Por esta razão, no enunciado em questão, são muitos os poderes que o médico e periodista atribuirá a si mesmo, com vistas a um diagnóstico do cenário e à sua possível modificação.

Primeiramente, o médico assume a posição de quem pode indicar quais são os deveres das mulheres: o dever de ser mãe, a “Maternidade”, escrita com inicial maiúscula. Na sequência, o periodista enuncia também da posição de quem pode qualificar tal missão: trata-se de um dever sagrado, uma “missão sublime”, a “única que lhe foi confiada”. Observemos, nessa construção, que o emprego do adjetivo “sagrados”, determinando o substantivo “deveres”, se dá no intuito de deslocar essa obrigação do campo das relações de poder para inseri-la na ordem do saber religioso, operando, assim, uma sacralização do lugar de mãe e, conseqüentemente, um silenciamento do caráter político dessa posição-sujeito. Além disso, destaca-se o descrédito depositado pelo enunciator na capacidade das “mulheres” de assumirem deveres em outras áreas: a maternidade é a única missão “que lhes foi confiada”. Na mesma passagem, o sujeito enunciator fala ainda da posição de quem pode relacionar os motivos do fracasso e repreendê-lo com a necessária “severidade”. São três, segundo ele, as hipóteses: a “ vaidade”, a “pobreza” e, em maior medida, a “ignorancia”, sendo apenas esta última passível de desculpas. Assim, as “mulheres” sobre quem fala o enunciator são particularmente aquelas que se preocupam mais consigo mesmas do que com os filhos (as “vaidosas”), aquelas que não teriam recursos para fazê-lo (as “pobres”) e ainda aquelas que não teriam instrução para tanto (as “ignorantes”).

Na sequência, ao desculpar-se pelo rigor de suas colocações, o periodista emprega o pronome possessivo “nosso” antes do substantivo “dever”. Tal emprego caracteriza-se como um plural majestático, uma vez que ele substitui o pronome “meu”, no singular. Isto porque, em tal construção, a possibilidade de “falar assim” e a autoridade para fazê-lo não estão disponibilizadas a uma pluralidade, mas são atributos exclusivos daquele que enuncia: o homem, o médico, o periodista. Por isso, ele pode “falar”, mesmo falseando um incômodo, e prescrever o modo como suas interlocutoras devem estar alinhadas à maternidade. Ratifica esta ideia o modo como o médico encerra o enunciado: ali, já tendo indicado e qualificado a missão das mulheres a quem se dirige, além de indicado e repreendido as razões de seu fracasso, o enunciator aproveita ainda para confirmar uma vez mais o lugar de quem fala: o lugar daquele que detém os “conhecimentos especiaes” que faltam às mulheres e que pode, por isso, instruí-las.

Cabe ressaltar, entretanto, que, apesar de o discurso hegemônico, materializado no periódico em questão, considerar o amor entre mãe e prole um sentimento da ordem da suposta “natureza feminina”, a constante necessidade de disciplinar os corpos das mulheres para que ocupem este lugar demonstra aquilo que apresenta Badinter (1985) sobre o amor materno. Para a filósofa, estamos imersos em um mito do amor materno, que seria uma construção discursiva historicamente tomada com *status* de verdade³. À luz do pensamento foucaultiano (Foucault, 2008), é possível compreender este mito como um agenciamento biopolítico que tem como ponto de partida o funcionamento de um dispositivo de segurança preocupado com a alta taxa de mortalidade infantil, processo que coloca em crise um equilíbrio populacional e econômico caro ao sistema liberal presente no Brasil desde o período da colonização. Assim, a disseminação da ideia do amor materno como sentimento “natural” surge da tentativa de naturalizar a posição das mulheres como sujeitos que possuem habilidades natas de cuidado, estando, portanto, predispostas a uma maternidade amorosa com seu filho.

Tal processo de naturalização impôs a esses corpos a ideia de que a felicidade, a alegria, a sensação de completude só seriam possíveis mediante a renúncia de seus próprios desejos, com vistas a uma dedicação integral aos filhos e à família. Esse movimento, no interior de uma divisão de trabalho baseada em questões biológicas, determinou que, para o bom funcionamento de uma sociedade capitalista, o homem deve trabalhar ocupando os espaços públicos e de poder, enquanto a mulher, por seu turno, particularmente a mulher branca e burguesa, deve estar reservada ao ambiente privado, para dar conta do trabalho (não remunerado) da maternidade e das atividades domésticas (Biroli, 2018). Esta lógica está presente em outro trecho do jornal:

Deixemos a mulher no lar domestico, de que ella é a rainha e o encanto mais poderoso, qie ella ahi crie seos filhos, os eduque na religião e na honra e de noite, quando o marido volta fatigado do trabalho do dia, que ella enchugue seu rosto banhado de suor e o console com o seu sorriso! (Vinelli, 1879, p. 4)

³ A noção de “verdade” é aqui empregada a partir de Michel Foucault. Sua explanação pode ser encontrada em Foucault (1979, 2014).

O enunciado estabelece relação constitutiva com aquele apresentado na análise anterior, tendo em vista que retoma a lógica biologizante que organiza e dissemina uma divisão sexista do trabalho e que conduz a mulher de que falamos para o espaço doméstico/privado. Sendo ela, de acordo com os discursos veiculados pelos poderes, “a rainha” e “o encanto mais poderoso” do lar, todo o gerenciamento da casa, dos filhos e do marido seriam de sua responsabilidade. Aqui, a utilização do verbo “deixemos” para introduzir uma série de práticas que essa mulher deve exercer indica uma permissão e ao mesmo tempo uma prescrição, mas indica principalmente o modo como seu comportamento precisa ser legitimado pelo crivo da masculinidade, afinal de contas, são os homens que estão, historicamente, ocupando os lugares de poder e de produção de verdade.

Cabe ressaltar, ainda, que o governo dos filhos a que se refere o enunciado não é “simplesmente” sua criação, mas também sua educação. Com isto, a materialidade em questão já indica que a mulher-mãe pode e deve também ocupar a posição da professora-mãe, associando o lugar da maternidade ao lugar da docência. É a mãe quem deve conduzir o ensino da prole, mais particularmente naquilo que concerne à educação religiosa e moral. Como se não fosse suficiente, é este mesmo sujeito que deve, à noite, enxugar o suor do marido e consolá-lo com um “sorriso”. Em suma, materializa-se aqui um discurso segundo o qual a função dessa mulher é se dedicar diuturnamente aos cuidados da família e da casa, interditando-lhe a possibilidade de descanso: durante o dia, deve ocupar-se do lar e da educação dos filhos; à noite, deve ocupar-se do cansaço do marido, atuando cordialmente em sua atenuação. Com tais afirmações, agencia-se a naturalização da exaustão da mulher enquanto se beneficia os homens e o sistema burguês. É dessa relação desequilibrada que decorrem a naturalização da não remuneração dos trabalhos maternos e domésticos, bem como a liberação dos homens de tarefas essenciais.

Observemos outro recorte do periódico:

Minhas Senhoras, uma escriptora celebre Mme. Campan disse: crear mães de família é a unica educação da mulher. Em nosso paiz, com o orgulho o digo, não se ensina a ser mãe de família, porque a mulher já nasce com o sentimento que mais tarde se desenvolve. É raro encontrar-se uma espôza que não suplique aos Céos a ventura de ser mãe, é raro vêr-se a senhora da mais alta sociedade esquecer os deveres de mãe pelos prazeres das cidades; é felizmente pouco frequente ter-se noticia de que tivesse sido abandonada uma criança oriunda de pais menos necessitados. Mesmo os filhos do crime são antes a causa das desgraças das mães culpadas, sendo por ellas agazalhados e acariciados, do que entregues aos perigos da Roda. (Costa, 1879b, p. 7).

No enunciado acima, imbuído de emoção⁴, observamos que o médico, ao discordar do comentário feito por uma leitora do periódico, afirma ter “orgulho” do sentimento que, segundo ele, já nasceria com as mulheres: o sentimento que as faria naturalmente mães de família. Para Sznycer e Cohen (2021), a emoção do orgulho desponta no ser humano a partir de um sistema de orientação neurocognitivo que reúne as oportunidades de se tornar mais valorizado e mais respeitado pelos outros. No interior de sociedades pautadas na luta pelo controle dos lugares de saber e poder, o ato de valorizar e respeitar alguém é atravessado por uma série de construções discursivas que determinam quem e o que tem valor e merece respeito. Assim sendo, o orgulho não afeta o ser humano sem que haja um agenciamento dessa emoção, o que significa que ela emerge condicionada a determinadas perspectivas.

Nesse sentido, tem-se que a emoção expressa pelo autor surge ancorada na posição social de prestígio que ele ocupa: sua profissão – médico – é respeitada e valorizada socialmente, ela o autoriza a materializar um discurso capaz de veicular poderes e saberes com *status* de verdade. Em outros termos, o orgulho é ativado pela possibilidade que ele tem – como homem, como médico e, portanto, como detentor de um conhecimento supostamente superior àquele apresentado pela leitora – de afirmar o equívoco da escritora em questão. Mais do que isso: ele confia que será mais respeitado e mais valorizado ao afirmar o equívoco e, principalmente, ao enunciar a “verdade” validada pelo saber médico-científico: aquela segundo a qual “não se ensina a ser mãe de família, porque a mulher já nasce com o sentimento que mais tarde se desenvolve”. Não por acaso, é esta a ideia que ele sustentará e reforçará na sequência do

⁴ Há, atualmente, uma ampla discussão sobre o agenciamento discursivo das emoções. Sem negar as especificidades naturais que perpassam a emergência das emoções, Corbin, Courtine e Vigarello (2020), por exemplo, apontam para o fato de que, embora apresentem um caráter genérico, as emoções mudam de sentido, de intensidade e de forma, de acordo com a cultura, o tempo e o ambiente em que são experimentadas, de modo que tanto sua possibilidade de emergência quanto seus modos de expressão seriam socialmente governados. Outros estudos, que efetuam análises nesse âmbito, podem ser encontrados em Piovezani, Curcino e Sargentini (2024).

enunciado, ao afirmar ser raro que uma mulher: não tenha o desejo de ser mãe; prefira os “prazeres das cidades” aos deveres da maternidade; ou abandone seu filho.

Por fim, o enunciador afirma ainda o seguinte: “Mesmo os filhos do crime são antes a causa das desgraças das mães culpadas, sendo por ellas agasalhados e acariciados, do que entregues aos perigos da Roda.” A relação que aí se estabelece entre o médico e o orgulho, por um lado, e as mães e a culpa, por outro, revela aspectos discursivos, históricos e sociais no agenciamento das emoções e no modo como esses aspectos estão implicados nos modos de subjetivação que constituem o sujeito mulher-mãe na sociedade brasileira. Freud (2011) explicita que o sentimento de culpa emerge da tensão existente entre as exigências da consciência e as práticas concretas do eu. Isto significaria que os efeitos de culpabilização são mobilizados através das sensações de angústia, tristeza e vergonha relacionadas ao processo de autorresponsabilização no qual o sujeito se insere ao lidar com uma prática considerada problemática quando analisada a partir dos aspectos morais que lhe são intrínsecos (Lindsay-Hartz, 1984).

Mas a reflexão de Freud nos interessa apenas se inscrita em perspectiva discursiva. Fazendo esta inscrição, teríamos que, assim como as “exigências da consciência”, os “padrões morais pessoais” são construídos também por meio do discurso e, portanto, são dotados de uma espessura histórica e perpassados por relações de saber e poder. Nesse sentido, ao afirmar que nem mesmo os filhos do crime seriam entregues aos “perigos da Roda” pela mãe, há aí a atuação de um discurso que atravessa a “consciência moral” materna e, com isto, agencia o sentimento de culpa nas mães do século XIX. Esse discurso é aquele que forma e se materializa no saber religioso, ao mesmo tempo em que subjetiva as mães: aquele para o qual é criminosa e culpada a mulher que engravida de um homem que não seja, pelo poder da Igreja, reconhecido como sendo seu marido. A culpa emerge, portanto, ancorada na lógica religiosa que interdita ao corpo da mulher um dado modo de gravidez, alheio às condutas impostas pela Igreja. É contra este tipo de prática – que possibilita o abandono da prole e, portanto, negligencia seu cuidado – que emerge o mito do amor materno de que nos fala Badinter (1985), sobre o qual discutimos anteriormente.

A mãe, então, tal como o século XIX a construiu, é regulada pelos saberes e pelos poderes de instituições como a Família, a Medicina e a Igreja. A ela, imputaram-se discursos que naturalizam a maternidade como sendo dever biológico e sagrado, por meio do qual é possível alcançar alegria e completude e do qual não se deve fugir em virtude da suposta “natureza feminina”. Tais discursos conhecem, como bem o afirmamos anteriormente, uma longa duração histórica. Eles são anteriores à emergência do jornal *A mãe de família*, constituem seus dizeres e permanecem, ainda, disponíveis a uma “reutilização eventual”, se quisermos usar as palavras de Foucault (2010a, p. 124). Não é com surpresa, portanto, haja vista as relações que os enunciados estabelecem entre si no interior do arquivo, que flagraremos seu funcionamento também nos séculos XX e XXI. Nosso intuito, entretanto, mais do que demonstrar uma regular continuidade, é analisar o modo como eles se deslocam e se atualizam no campo da docência, ofertando condições de emergência ao sujeito professora-mãe.

4 A PROFESSORA-MÃE EM DISCURSOS SOBRE A DOCÊNCIA NO BRASIL

Para compreendermos a emergência do sujeito professora-mãe no Brasil, recuemos apenas um pouco no tempo. Durante o período colonial que aqui se desdobrou, ensinar e, até mesmo, aprender em espaços públicos foram práticas proibidas às mulheres. Nos dois primeiros séculos da colônia, o ensino sistematizado foi conduzido pelos jesuítas, responsáveis por manter e administrar os colégios elementares, destinados aos homens (Louro, 1989; Demartini; Antunes, 1993). À mulher, particularmente aquela branca e descendente de europeus, que aqui chegou em virtude da invasão portuguesa, cabia a vigilância e o gerenciamento das atividades domésticas, concretizadas pelos corpos escravizados, haja vista o fato de essas ações garantirem seu êxito como dona de casa, esposa e mãe, cujas características principais seriam a timidez e a ignorância (Campos, 1985). Após a expulsão dos padres-professores, em 1859, foram ainda homens os responsáveis pela condução da educação em solo brasileiro, aos quais cabia o controle e a organização da carga horária, dos conteúdos ministrados e da remuneração aplicada, o que significa que, até ali, os responsáveis pelo ensino dispunham de total autonomia sobre a sua prática, tradicionalmente “masculina” e livre do efetivo controle do Estado (Louro, 1989). O cenário passa a mudar somente após a Independência, no século XIX, com a promulgação da primeira Constituição (1824) e com o surgimento das escolas de primeiras letras para meninas, instituídas pela Lei de 15 de outubro de 1827. Tal abertura se deu, em grande parte, pela urbanização que, a passos lentos, começava a engrenar no Brasil, demandando a ampliação da escolarização que

se fazia necessária ao exercício de novas ocupações essenciais ao espaço urbano. Ao mesmo tempo, foram surgindo vagas para a mulher – branca, burguesa e escolarizada – no magistério primário, em certa medida, motivadas pelas discussões no parlamento nacional sobre a necessidade de ser essa mulher, e não um homem, a pessoa mais adequada a conduzir o ensino das primeiras letras, por sua natureza maternal e cuidadora: discurso já fartamente disseminado naquele momento, como vimos em tópico anterior.

É na atualização de tais saberes que a entrada dessa mulher na esfera pública, pela via do magistério primário, passa a ganhar contornos mais definidos e se consolida definitivamente sob a égide da suposta “aptidão feminina” para a educação e para o cuidado. Desse modo, seu trabalho fora de casa se justificaria pela ratificação de seu destino primordial: cuidar e educar (Louro, 1989). Nesses termos, o trabalho da mulher no ensino público torna-se aceito socialmente por assemelhar-se à experiência materna em âmbito doméstico, fato que colabora com os discursos que passaram a descrever a educação primária como um nível de ensino inferior, cuja baixa remuneração era aceita pela mulher em virtude do *status* artesanal, e não profissional, que se elaborou discursivamente em torno do ensino das primeiras letras.

Em sentido oposto, os homens, nesse período, passaram a abandonar o “trabalho de mulher”, em busca de ocupações prestigiadas que dispunham de remunerações mais elevadas. Outro fator que contribuiu decisivamente para um crescente abandono das salas de aula por parte dos homens decorreu de uma série de modificações que a própria atividade docente sofreu mundialmente, quando passou de uma profissão totalmente autônoma, para um ofício mais controlado e parametrizado pelo Estado, em função da necessidade de massificar a escolarização nas cidades. Assim, “[...] determinação de programas, períodos de trabalho, maior preparo ou credenciais dos professores e fixação de [baixos] salários” configuraram mudanças que deixaram de servir aos interesses dos homens e passaram a atender mais profundamente à reivindicação da mulher pelo acesso à educação e ao trabalho no espaço público (Louro, 1989, p. 31). Quando permanecia no ensino primário, o público masculino ocupava posições de chefia e de fiscalização, conforme ilustra a figura 1, datada de 1910.



Figura 1: Diretor e professoras da Escola Arthur Segurado (1910)

Fonte: Arquivo do Centro de Memória da Unicamp (Souza, 2001)

O enunciado materializado na figura ilustra uma repartição sexista do trabalho. Localizado ao centro da fotografia, o diretor ostenta sua posição de prestígio dentre as professoras. Essa imagem passou a ser comum nas escolas das cidades brasileiras, onde os homens desfrutavam de melhores posições na hierarquia das instituições educacionais, refletindo, desse modo, as relações de poder imbricadas na divisão sexual do trabalho: o ofício da mulher seria o de ensinar as primeiras letras, ao passo que o ofício do homem

seria o de fiscalizá-las e gerenciá-las no exercício de suas funções, ou vigiá-las e eventualmente puni-las. Assim, desempenhar aquilo que passou rapidamente a ser considerado um “trabalho feminino” tornou-se motivo de vergonha e descrédito para os homens. Já no período republicano, a fala de Afrânio Peixoto, em 1930, elucida tal posição depreciativa de que era alvo o magistério primário “masculino”:

O magistério elementar masculino é, de fato, uma anomalia. A não ser o caso vocacional, que é sempre tardio no homem, não vejo porque, senão por incapacidade de competir com outros homens, nas carreiras masculinas, virão eles para aqui. Tenho pena quando os vejo convosco, se não lhes descubro vislumbre de vocação... Felizmente os que aqui vejo são duas vocações. São para mim, falidos na vida os outros. Na idade em que se ousa e se tem ambição de chegar, eles dão fundo, numa profissão sem glória e sem remuneração. É um teste psicológico e econômico, de inferioridade viril. Num país que remunera tão bem todas as atividades masculinas, abrigar-se parcimoniosamente no magistério elementar é capitular diante da vida... Se não lhes descubro vocação, insisto, nos meus alunos homens, tenho pena deles, dos meus alunos homens... (Peixoto *apud* Saffioti, 1979, p. 194).

No relato de Afrânio Peixoto, ilustram-se os sentidos do magistério elementar sob a ótica masculina à época: uma profissão sem glória e sem remuneração, destinada à “inferioridade viril”, isto é, à mulher e ao homem vocacionado ou incapaz. A pena expressa pelo enunciador demonstra a perplexidade causada pelo abandono da “prestigiada” virilidade masculina decorrente de sua adaptação a um ofício feminizado, destituído dos prestígios e dos poderes circunscritos à lógica falocêntrica. O “trabalho de mulher”, nesses moldes, é atravessado por uma dupla categorização que produz o efeito da impotência e da desvalorização, ao mesmo tempo em que engendra um outro efeito bastante produtivo nesse discurso que é o da sacralização do ofício pela ideia de “vocação”.

À semelhança do que ocorreu com a maternidade, a sacralização do magistério primário foi, ao longo dos séculos, ratificada pelo discurso da valorização da “missão feminina” em transformar os jovens e regenerar moralmente a pátria. Com a criação das Escolas Normais, ainda em meados do século XIX, produziu-se o discurso de que as jovens normalistas seriam vocacionadas em sua missão divina de restaurar a sociedade, educando as crianças para a ascensão de um país próspero, ordeiro e justo. O pronunciamento realizado pelo professor José Feliciano, na cerimônia de inauguração do edifício da Praça da República parece exemplar quanto ao que acabamos de afirmar:

[...] Senhores, e sobretudo excellentissimas senhoras! A instrução primária é uma usurpação ao sacratissimo mister de Esposa e Mãe. [...] E vós, excellentissimas senhoras, a quem o Passado já collectivamente aureolou como – a melhor porção da Humanidade! Vós, em cujos íntimos coroáveis palpita um coração de Mãe, um coração de Esposa, um coração de Filha –, sabeis que a vós impede hoje o melhor esforço em prol da regeneração de nossa especie. Preparando-vos para tomar a vossos santos cuidados a cultura completa de vossos filhos, a instrução primeira dos tenros novedios que tanto deveis estremecer, preparando-vos para ser Mães integraes, Mães educadoras, para ser verdadeiras Mestras, hão de bendizer-vos os seculos por vir, e haveis de colher os fructos, cujo sabor divino é para algumas egrégias apreciarem. (Feliciano, 1894 *apud* Rodrigues, 1930, p. 354).

Aqui, a sacralização do magistério primário opera por meio de uma comparação efetuada entre o papel da mãe/esposa, historicamente associado a um lugar sacro, conforme o vimos, e o papel da professora, colocado como uma usurpação das funções divinas destinadas à mulher. Na defesa desse “sagrado dever”, elucida-se a ideia da “missão feminina” como redentora da humanidade, capaz de doar-se de modo a regenerar a espécie humana, cujos sucessos ou fracassos estariam diretamente ligados à sua atuação.

A materialidade em destaque traz a reboque toda uma série enunciativa responsável por normatizar as funções da mulher-mãe no domínio da regeneração/educação/transformação. Apenas à mulher é atribuída a responsabilidade de “curar” os males que afligem a sociedade e sua validação enquanto sujeito mulher-mãe depende diretamente disso: serão “mães integraes (integraes)”, se forem “mães educadoras”. Sob esse discurso, a mulher nunca chegará à sua completude se não for esposa e mãe, mas também nunca será uma esposa/mãe integral se não cumprir com a “santa função” de educar, daí a ideia de que a instrução primária seria uma usurpação dos deveres domésticos maternos.

Ainda sobre o mesmo enunciado, é possível depreender a estratégia discursiva de dirigir o pronunciamento à própria mulher, governando-a a todo momento e lembrando-a de seu “coração de filha, de mãe e de esposa”, o que reforça o apelo às emoções, ao

sentimentalismo e à cristalização dos papéis de gênero discursivamente construídos, que inscrevem o sujeito mulher no lugar da sensibilidade, do amor e da submissão. Esse apelo parece funcionar como um lembrete coercitivo: ser professora, e, por isso, adentrar no mundo do trabalho, mas nunca esquecer de ser, além disso, esposa e mãe, que educa, que ama e que transforma.

Outro aspecto importante no enunciado é a construção da ideia de retribuição pelo cumprimento da missão atribuída à mulher. A prática da recompensa está diretamente ligada ao exercício do poder disciplinar de que fala Foucault (2013), e serve como tática para a docilização dos corpos no interior mesmo de um sistema de gratificação-sanção, que promove e recompensa o corpo dócil, punindo, em contrapartida, o corpo desobediente. Assim, a mulher, docilizada pelo poder disciplinar, colherá os “frutos” de sabor divino, que seria a restauração social, resultante de sua doação e fidelidade ao sagrado dever de educar.

A tática da recompensa também figura no enunciado a seguir, retirado de um artigo publicado no periódico *Polyanthéa*: comemorativa das festas de instrução na Escola Normal, na cidade de Manaus.

Completam hoje as minhas colegas o seu árduo tirocinio escolar e vão encetar este caminho não menos arduo, porem, honroso e o mais nobre e elevado que a mulher póde cumprir – o ensino. Vão praticar a delicada missão da mulher – semear luzes para que a humanidade colha flores. Vão dia a dia, hora a hora, ao correr da vida, cheias de amor, espargindo particulas de sua alma, toda meiguice e carinhos, pregoeiras do bem, semear nos corações da infância o poder da sabedoria e a sabedoria da virtude. A messe será por isso abundante e farta e aos olhos de Deus muito grata e bôa. [...] Não ides trabalhar para vós; vossa obra não terá aplausos, mas bem vedes, a recompensa é indiscutível e preciosissima. Sou mulher, e, como tal, só desejo para meu sexo o mais honroso papel social e não julgo que haja nada mais honroso e elevado que o ser educadora e mãe. Como mãe, é educadora poderosa; como educadora, é a mãe poderosa da sociedade. Para isso ella precisa ter luzes, intelligencia culta, coração bem formado. (Pires, 1906, p. 3).

A mensagem da normalista se dirige às suas colegas formandas, realçando a nobreza e a honradez concernentes à “missão da mulher” de educar. Mais uma vez, os lugares da maternidade e da docência são sobrepostos a partir da construção sinonímica de que se vale o texto: a “mãe é educadora poderosa” e a “educadora é mãe poderosa da sociedade”. O magistério-vocação, assim, é legitimado no exercício da maternidade dentro e fora da vida privada e, para que a mulher se mantenha fiel e comprometida com essa missão, a tática da recompensa é ativada no discurso pelas metáforas da semeadura e da colheita/messe, que recobririam o “árduo caminho” sobre o qual percorreriam as docilizadas normalistas, gratificando-as com a gratidão divina.

O efeito da sacralização do magistério também é ativado no enunciado, de maneira a acionar os sentidos do sacrifício e da doação inerentes à conduta dos missionários e dos mártires comprometidos com os desígnios celestiais. No dizer em análise, há uma metaforização do fazer docente na prática de “espargir particulas de sua alma” para “semear a sabedoria no coração da infância”, o que denota a doação e a entrega da professora-mãe ao desprender-se de si para educar seus filhos-alunos. A imagem do sacrifício é também ratificada pelo enunciado “não ides trabalhar para vós”, residindo aí a renúncia de si em função de um propósito superior que transcende a vontade individual. A professora-mãe, nesses termos, não trabalha por uma realização pessoal ou profissional, tampouco por uma remuneração capaz de sustentar sua família; não se trata de uma escolha, mas de uma missão divina que recobre qualquer sombra de decisão individual: ela não está a seu próprio serviço, mas a serviço de Deus e de toda a sociedade.

A mobilização de um certo sentimentalismo no discurso das normalistas é um outro aspecto relevante. O “amor”, a “meiguice” e os “carinhos” não são citados na materialidade em análise de forma aleatória, mas acionam sentidos que se amparam na rede enunciativa sobre a qual nos dispomos a refletir neste artigo e que é responsável por inscrever a mulher no domínio dos sentimentos e das emoções, o que justificaria sua completa adequação ao magistério destinado à primeira infância, já que esta demanda afeto e sensibilidade.

A exploração das emoções e do sentimentalismo é uma prática tão visceral nos discursos que atravessam a constituição da professora-mãe que, até mesmo na documentação oficial produzida pelo Ministério da Educação, é possível vislumbrar um caso elucidativo sobre a questão. O *Atendimento ao pré-escolar* foi um documento publicado em dois volumes no ano de 1977 com o

objetivo de oferecer subsídio teórico e prático para os educadores do então chamado Ensino Pré-escolar. Em uma de suas primeiras páginas, consta a seguinte passagem:

É bom aprender com você a beleza essencial do seu trabalho junto às crianças. Quem o observa pode ficar emocionado com a grandeza de alma de um educador pré-escolar. Onde você vai buscar tanta sensibilidade, tanto jeito? Talvez nos olhos das crianças... na pureza de sua alma, na simplicidade de sua confiança, ou talvez na consciência de que sob corpos enfraquecidos pelas carências ambientais se esconde uma alma maior do que o mundo. (Brasil, 1977, p. 9).

A emoção que desperta o trabalho do professor pré-escolar, a “grandeza de sua alma” e toda a sua “sensibilidade” são elementos que acionam certo grau de sentimentalismo, que direta ou indiretamente articulam-se ao sujeito professora-mãe. É importante elucidar o fato de que, embora se dirija ao público docente por meio do signo “educador”, o próprio documento aconselha que o magistério nesse nível de ensino seja integrado por mulheres:

[...] Para as atividades que implicam cuidados diretos e ininterruptos com as crianças, é preferível que se recrutem mulheres, visando facilitar a formação de laços afetivos que permitam a melhor adaptação da criança à unidade pré-escolar, e o seu consequente afastamento da mãe. (Brasil, 1977, p. 186).

O trecho do documento reforça o lugar da professora do ensino infantil enquanto potencial substituta da mãe, associando à sua imagem a sensibilidade e o “jeito” para estabelecer maiores laços afetivos com as crianças. Aqui, as qualidades e os atributos profissionais, como comprometimento, conhecimento teórico ou ética, não são destacados como pontos importantes à profissão; apenas a afetividade supostamente inerente à mulher seria suficiente para a adaptação da criança à unidade escolar.

É interessante notar que, embora esses discursos estejam voltados ao ensino primário/infantil, a imagem da professora-mãe atravessa também discursos articulados a outros níveis de ensino, como é possível verificar na análise que empreenderemos a seguir.

6 A PROFESSORA-MÃE EM DISCURSOS SOBRE A DOCÊNCIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI

No dia 14 de outubro de 2017, o portal online *Diário de Pernambuco* publicou uma reportagem com relatos da vida pessoal e profissional da professora de Língua Portuguesa Rosana Paiva. A manchete da reportagem era a seguinte: “Profissão Professora: quando ensinar é ser um pouco de mãe” (Barros, 2017). A profissional leciona a disciplina há mais de três décadas no estado de Pernambuco e afirmou, segundo consta no corpo do texto publicizado, sentir “orgulho de gerar centenas de filhos-alunos” para o mundo.

A associação entre o verbo “ensinar” e a identidade materna, presente na manchete, inscreve a atuação docente da professora Rosana em toda a rede enunciativa descrita e analisada até aqui, atestando seu enorme alcance e sua imensa difusão. Parece-nos que, mesmo depois de anos, a prática profissional da mulher só é aceita e reforçada positivamente quando é orientada por uma naturalizada experiência de maternagem, responsável por reintroduzir as condutas desse sujeito, antes de tudo, no campo da amorosidade e da afetividade, a fim de tornar a educação escolar exercida por uma professora cada vez mais justificada. Assim, se outrora a saída desse sujeito do ambiente doméstico foi permitida sob o pretexto de uma extensão de seu presumido destino biológico – do lar às salas de aula –, nesta reportagem, vemos que ela permanece sob o funcionamento permitido pelos saberes e poderes que, em determinado momento da história, produziram uma divisão sexista do trabalho, e, portanto, do magistério.

Nesse cenário, as emoções relatadas pela professora trazem à baila os modos de subjetivação do sujeito-mulher circunscritos aos discursos. Segundo a repórter, Rosana diz sentir orgulho em gerar novos “filhos-alunos”: ela “se orgulha”, “se emociona” e “se alegra” ao ver os filhos de sala crescerem, pois, dessa forma, ela se sente completa. Em tais enunciados, as emoções da professora estão relacionadas com as práticas de maternagem que ela concretiza na relação com os alunos e com o trabalho, na medida em que “os alunos têm uma relação quase que amniótica com ela”, como afirma a coordenadora pedagógica Vera Marques. Aqui, diferentemente do enunciador do jornal *A mãe de família*, o que oferta à professora os sentimentos de orgulho, alegria e completude não é a posição de prestígio que ela ocupa, mas a possibilidade de gerar filhos-alunos e vê-los crescer. De tal relação, depreendemos, uma vez mais, o

agenciamento das emoções e das práticas profissionais de uma mulher por saberes e poderes que, de maneira histórica e utilizando aspectos biológicos como justificativa, delimitam os modos como seu corpo deve ocupar o ambiente privado e o público quando lhe foi permitida a entrada.

Historicamente, como foi apresentado ao longo deste artigo, as relações de saber e poder disseminaram uma lógica biologizante que operou na divisão e na manutenção dos papéis de gênero. Dessa forma, os homens foram conduzidos para os espaços políticos e de racionalidade, enquanto as mulheres, em virtude da sensibilidade e da debilidade que lhes seriam “naturais”, deveriam ocupar as atividades de cuidado, de entrega e de amor para serem boas filhas, boas esposas e boas mães. Trata-se de um funcionamento discursivo que atravessa não apenas o discurso da professora da reportagem, mas também a imagem, ancorada nas mesmas construções discursivas, que os colegas de trabalho e a repórter possuem a seu respeito. Os primeiros, inclusive, a classificam como uma “profissional extremamente apaixonada e competente”, declaração que retoma sensibilidades e emoções na determinação dos atributos de prestígio para essa “professora-mãe”.

Assim, Rosana, antes de ser competente, por ser mulher, deve ser apaixonada, uma vez que, como publicizou a repórter, “[...] só com paixão e determinação um bom professor desafia os obstáculos diários da profissão sem sucumbir”. Ou seja, é apenas através de sua suposta predisposição à paixão que a professora consegue superar as problemáticas presentes na docência. Nesta ocasião, de modo reiterado, a despeito da exaustão, dos obstáculos e dos sacrifícios, apontados em alguns trechos da reportagem em questão, analisamos como o poder, de fato, recompensa (Foucault, 2013), através da emergência da figura da mulher-professora-mãe, apaixonada pelos seus filhos-alunos e dedicada ao crescimento e à educação de cada um deles, sendo um exemplo não só para os colegas, mas também para a sociedade. É a obediência às práticas impostas pelos poderes e pelos saberes que permite a Rosana a sensação de orgulho, de alegria, de completude e de satisfação à medida que exerce práticas de educação e cuidado como uma mãe.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas as problemáticas envolvidas na construção do sujeito mulher-mãe e na gradativa feminização do magistério no Brasil, esse artigo teve por objetivo analisar o funcionamento discursivo responsável pela constituição do sujeito professora-mãe nos discursos sobre a docência no Brasil. Para alcançá-lo, mobilizamos e analisamos, utilizando como aporte teórico-metodológico os Estudos Discursivos Foucaultianos, recortes discursivos que perpassam os séculos XIX, XX e XXI. Eles nos permitiram analisar de que modo os enunciados responsáveis por subjetivar historicamente as mulheres, veiculados por relações de saber e de poder, atravessaram o discurso sobre a docência no país, oferecendo condições de possibilidade para a constituição do sujeito professora-mãe enquanto uma docente nata, maternal e amorosa.

Através da análise dos discursos que produziram o sujeito mulher-mãe disseminados nos séculos XIX e XX no Brasil, observamos o modo como as relações de poder e saber, ao longo da história, utilizaram-se de discursos biologizantes para agenciar os esquemas de comportamento e as sensibilidades supostamente femininas. Tratou-se de um movimento que resultou na exclusão de muitas mulheres de lugares de poder e de trabalhos específicos com o intuito de conduzi-las para a maternidade e para as atividades domésticas, tomadas do ponto de vista da “natureza”. É de tal agenciamento que resulta, conforme o demonstramos, uma divisão sexista do trabalho educacional, a partir do qual se dá o direcionamento dessas mulheres a uma docência associada, sobretudo, aos primeiros anos da vida escolar das crianças.

Disso decorre que tais mulheres, mesmo quando ousam extrapolar os limites do ambiente privado, quando esse deslocamento lhes é permitido, ainda permanecem, na maioria das vezes, enclausuradas pelas relações de saber-poder produzidas pelo discurso hegemônico e reiterado pelo regime patriarcal e capitalista, uma vez que esses corpos continuam sendo orientados a assumirem o seu “destino natural”: amar, cuidar e educar os alunos como se fossem filhos. Nesse mesmo ensejo, emerge ainda uma desvalorização da profissão associada à desvalorização das mulheres em sentido mais amplo.

Por fim, importa mencionar aquilo que ocorrera em dezembro de 2023. Na ocasião, a professora Maria Caraméz Carlotto, da Universidade Federal do ABC (UFABC), usou as redes sociais para publicizar o parecer negativo recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em relação à bolsa de produtividade para a qual ela havia se candidatado: o

parecerista afirmara que as “gestações” da professora “atrapalharam” sua carreira (CNPq, 2023). Percebemos, com esse artigo, que o magistério dos anos iniciais foi legitimado para as mulheres sob a égide de haver semelhança entre o ato de matinar e o de educar crianças. A pesquisa científica, por sua vez, particularmente aquela produzida em instituições de ensino superior, apresenta-se como um lugar desautorizado ao sujeito mulher-mãe. Esse movimento parece ancorar-se tanto na ideia segundo a qual o ensino superior já não necessita do acolhimento materno, quanto na lógica patriarcal e misógina que historicamente atribuiu às mulheres as características de “debilidade” e “ignorância” como aspectos de sua “natureza”, afastando esses corpos de processos racionais, tidos como essencialmente masculinos.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, E. *O conflito: a mulher e a mãe*. Trad. Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2022.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARROS, L. Profissão professora: quando ensinar é ser um pouco mãe. *Diário de Pernambuco*, 14 out. 2017. Disponível em: http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/profissa_professora-quando-ensinar-e-ser-um-pouco-mae/. Acesso em: 22 maio 2023.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo escolar 2021*. 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Atendimento ao pré-escolar*. Brasília: SEE, 1977. V. I e II.
- CAMPOS, M. C. S. de S. *Passado e presente da formação os professores no Brasil: uma análise das relações entre formação dos professores e processo de modernização da sociedade*. 1985. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Duisburg, Alemanha, 1985.
- CNPQ usa gravidez como justificativa para reprovar professora da UFABC em edital de pesquisa. *G1*, 27 dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/12/27/cnpq-usa-gravidez-como-justificativa-para-reprovar-professora-da-ufabc-em-edital-de-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. *História das emoções: da Antiguidade às luzes*. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- COSTA, C. A mãe de família. *A mãe de família: educação da infância, higiene da família*. Rio de Janeiro, p. 1-2. jan. 1879a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=341703&pagfis=1>. Acesso em: 9 maio 2023.
- COSTA, C. Palestra do médico. *A mãe de família: educação da infância, higiene da família*. Rio de Janeiro, p. 7-8. jan. 1879b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=341703&pagfis=7>. Acesso em: 9 maio 2023.
- DEMARTINI, Z. de B. F.; ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 24. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010a.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. Resposta a uma questão. In: FOUCAULT, M. *Repensar a política*. Coleção ditos e escritos VI. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. p. 1-25.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 1-14.
- FREUD, S. *Sigmund Freud*: o eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925). 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- HUNT, L. Revolução Francesa e Vida Privada. In: DUBY, G.; ARIÈS, P. (org.). *História da vida privada*: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Volume 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 21-52.
- LIMA, T. C.; BRAGA, A. "Sob o olho Dele": técnicas do poder disciplinar na série *The handmaid's tale*. *Heterotópica*, v. 2, n. 2. p. 313-331, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/57193>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- LINDSAY-HARTZ, J. Contrasting experiences of shame and guilt. *American Behavioral Scientist*, [S.L.], v. 27, n. 6, p. 689-704, jul. 1984. SAGE Publications. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/000276484027006003>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- LOURO, G. L. Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher. *Educação e Realidade*, v. 14, n. 2, p. 31-39, 1989.
- MACHADO, R. Por uma genealogia do poder (Introdução). In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2022.
- NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. *Moara*, n. 57, v. 1, p. 8-33, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i57.9682>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. *O discurso e as emoções*: medo, ódio, vergonha e outros afetos. São Paulo: Parábola, 2024.
- PIRES, J. A mulher. In: *Polyanthéa*: comemorativa das festas de instrução na Escola Normal. Manaus, 1906.
- RODRIGUES, J. L. *Um Retrospecto*: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo. São Paulo: Inst. Dona Anna Rosa, 1930.
- ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- SAFFIOTI, H. *A Mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1979.
- SOUZA, R. F. de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. *Educar em Revista*, n. 18, p. 75-101, jul. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.235>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- SZNYCER, D.; COHEN, A. S. How pride works. *Evolutionary Human Sciences*, Cambridge, v. 3, p. 1-16, fev. 2021. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/ehs.2021.6>. Acesso em: 14 fev. 2024.

VINELLI, K. A chéche: asylo para a primeira infancia. *A mãe de família*: educação da infancia, hygiene da familia. Rio de Janeiro, p. 3-4. jan. 1879. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=341703&pagfis=4>. Acesso em: 9 maio 2023.



Recebido em 23/02/2023. Aceito em 24/04/2024.